



**HOSPITAL ESTADUAL
"DR. ALBANO DA FRANCA ROCHA SOBRINHO"
E
CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRADA À SAÚDE MENTAL
(CAISM)
FRANCO DA ROCHA**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**EXERCÍCIO
DE
2021**

ÍNDICE

Página(s)

Balanco Patrimonial	2
Demonstração do Resultado do Período	3
Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Líquido	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa	5
Notas Explicativas	6 à 18

**BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**
(em Reais)

ATIVO	Notas	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.084,21	370.194,98
Adiantamentos a Empregados	5	866,34	866,34
Outros Créditos	6	69.612,83	5.500,00
Estoques	7	2.707.977,03	2.736.036,36
Despesas Antecipadas		15.308,50	13.390,30
		2.794.848,91	3.125.987,98
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	8	397.808,93	93.347,22
Intangível	9	6.174,00	7.938,00
		403.982,93	101.285,22
TOTAL DO ATIVO		3.198.831,84	3.227.273,20

**PASSIVO E PATRIMÔNIO
LÍQUIDO**

PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		4.713.348,95	4.156.240,27
Obrigações Trabalhistas	10	2.985.517,22	2.319.152,16
Obrigações Sociais e Fiscais	11	1.459.590,03	1.281.282,53
Contas a Pagar	12	694.921,75	372.187,88
Provisões para Férias e Encargos	13	4.907.503,47	4.143.803,84
Provisões para Contingências	14	-	-
		14.760.881,42	12.486.523,61
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Provisões para Contingências	14	205.000,00	213.856,93
Recursos Governamentais a Realizar	15	8.910,57	331.119,23
Bens Públicos em nosso poder	16	403.982,93	101.285,22
		617.893,50	432.404,45
PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO			
Patrimônio Social		(9.691.654,86)	
Dotação Inicial	17	-	2.757.500,53
Déficit do Exercício		(2.488.288,22)	(12.449.155,39)
		(12.179.943,08)	(9.691.654,86)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.198.831,84	3.227.273,20

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(em Reais)

	Notas	2021	2020
RECEITAS LÍQUIDAS	18	108.685.831,29	50.966.268,25
Contrato de Gestão nº 382696/2020	19	108.988.529,00	51.067.553,47
Realização de Bens Públicos em nosso poder		19.510,95	2.595,55
(-) Repasse destinado à aquisição do imobilizado		(322.208,66)	(103.880,77)
CUSTOS		(107.632.163,80)	(62.386.503,33)
Pessoal e Reflexos	21	(54.786.420,68)	(32.292.632,06)
Serviços Terceirizados	22	(31.909.163,15)	(20.693.289,49)
Medicamentos e Materiais de Consumo	23	(20.936.579,97)	(9.400.581,78)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	28	(13.150.482,88)	(6.408.810,91)
(-) Isenção da CPP Usufruída	28	13.150.482,88	6.408.810,91
(=) RESULTADO BRUTO		1.053.667,49	(11.420.235,08)
DESPESAS		(4.134.849,17)	(1.132.865,00)
Impostos, Taxas e Contribuições		(18.230,45)	(12.096,99)
Despesas Gerais	24	(4.116.618,72)	(906.911,08)
Provisões para Contingências		-	(213.856,93)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		555.167,64	101.750,36
Receitas com Doações		462.549,64	57.255,36
Outras Receitas		92.618,00	44.495,00
(=) RESULTADO ANTES DAS REC/DESP FINANCEIRAS		(2.526.014,04)	(12.451.349,72)
RESULTADO FINANCEIRO	20	37.725,82	2.194,33
Receitas Financeiras		56.043,48	10.046,42
Despesas Financeiras		(18.317,66)	(7.852,09)
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		(2.488.288,22)	(12.449.155,39)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(em Reais)

	Patrimônio Social	Dotação Inicial	Déficit	Patrimônio Líquido
Saldo em 29 de junho de 2020	-	-	-	-
Dotação Inicial	-	2.757.500,53	-	2.757.500,53
Déficit do Exercício	-	-	(12.449.155,39)	(12.449.155,39)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	2.757.500,53	(12.449.155,39)	(9.691.654,86)
Incorporação do Superávit/Déficit	(12.449.155,39)	-	12.449.155,39	-
Incorporação de Dotação Inicial	2.757.500,53	(2.757.500,53)	-	-
Superávit/Déficit do Exercício	-	-	(2.488.288,22)	(2.488.288,22)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(9.691.654,86)	(2.488.288,22)	(12.179.943,08)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(em Reais)

	2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit do Exercício	(2.488.288,22)	(12.449.155,39)
Dotação Inicial	-	2.757.500,53
(Aumento) ou Redução do Ativo		
Adiantamentos a Empregados	-	(866,34)
Outros Créditos	(64.112,83)	(5.500,00)
Estoques	28.059,33	(2.736.036,36)
Despesas Antecipadas	(1.918,20)	(13.390,30)
Aumento ou (Redução) do Passivo		
Fornecedores	557.108,68	4.156.240,27
Obrigações Trabalhistas	666.365,06	2.319.152,16
Obrigações Sociais e Fiscais	178.307,50	1.281.282,53
Provisões para Férias e Encargos	763.699,63	4.143.803,84
Provisões para Contingências	(8.856,93)	213.856,93
Recursos Governamentais a Realizar	(322.208,66)	331.119,23
Outras Obrigações	322.733,87	372.187,88
Caixa Líquido gerado nas Atividades Operacionais	(369.110,77)	370.194,98
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado pertencente à Gestão Pública	(322.208,66)	103.880,77
Caixa Líquido consumindo nas Atividades de Investimento	(322.208,66)	103.880,77
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento de numerário para aquisição de imobilizado	322.208,66	(103.880,77)
Caixa Líquido consumindo nas Atividades de Financiamento	322.208,66	(103.880,77)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	(369.110,77)	370.194,98
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Disponibilidade no início do Exercício	370.194,98	-
Disponibilidade no final do Exercício	1.084,21	370.194,98
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	(369.110,77)	370.194,98

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertioga, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul.

Esta instituição presta serviços na área de saúde, realizando ações através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Embu das Artes, Mogi das Cruzes, Carapicuíba, Campinas, Cajamar, Peruíbe, Rio de Janeiro e Governo do Estado de São Paulo. Na promoção em saúde, as ações são realizadas através dos programas de "Voluntariado", "Deficiente Saudável", "Integração com a Comunidade", "Meio Ambiente" e "PAISM – Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher", executados pelo Instituto de Responsabilidade Social Dr. Fenando Proença de Gouvêa.

O **CEJAM** qualificado como Organização Social de Saúde pelo Governo do Estado de São Paulo, através do Contrato de Gestão – Processo SPDOC nº 382696/2020, firmado com a **Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo** em 29 de junho de 2020, assumiu a operacionalização da gestão e execução das atividades de saúde do **Hospital Estadual "Dr. Albano da Franca Rocha Sobrinho" e Centro de Atenção Integrada à Saúde Mental (CAISM) – Franco da Rocha** com a missão de acolher a população da região, prestando assistência humanizada e eficiente, em conformidade com os princípios do SUS, e contribuir para o Sistema de Saúde.

O prazo de vigência do presente Contrato de Gestão será de 5 (cinco) anos, iniciando-se em 01 de julho de 2020.

Pela prestação dos serviços objeto deste Contrato de Gestão, a **Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo** repassará ao **CEJAM** o montante global estimado de R\$ 509.636.727,00.

2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.a) Declaração de conformidade:

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.b) Base de mensuração:

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros.

2.d) Uso de estimativas e julgamentos:

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao exercício apresentado nessas demonstrações contábeis.

3.a) Instrumentos financeiros:

- **Ativos financeiros não derivativos:** a entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.
- **Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Os recursos vinculados representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações do contrato de gestão, dos seus termos aditivos e outros ajustes que lhe darão origem.

- **Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2021.

3.b) Estoques:

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas.

3.c) Imobilizado (quando aplicável):

- **Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.
- **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela entidade. A administração, com base em seu registro consolidado, que compreende histórico de exercício anterior à este Contrato de Gestão, não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2020. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:
 - Benfeitorias em Imóveis de Terceiros: 25 anos;
 - Máquinas e equipamentos: 10 anos;
 - Móveis e utensílios: 10 anos.

3.d) Intangível (quando aplicável):

- **Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

3.e) Redução ao valor recuperável (impairment):

- **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A administração da entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

3.f) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.g) Patrimônio líquido:

Representa o patrimônio inicial da entidade, acrescido ou reduzido dos superávits ou déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.

3.h) Receitas:

As receitas da entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.

3.i) Despesas:

As despesas da entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.

3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros.

3.k) Apuração do resultado:

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
BENS NUMERÁRIOS		
Fundo Fixo de Caixa	1.000,00	598,54
BANCOS – CONTAS MOVIMENTO		
Banco do Brasil S.A.	-	14.407,15
BANCOS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS		
Banco do Brasil S.A.	84,21	355.189,29
	1.084,21	370.194,98

5. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS

	2021	2020
Outros Adiantamentos a Recuperar	866,34	866,34
	866,34	866,34

6. OUTROS CRÉDITOS

	2021	2020
Aluguéis a Receber	6.500,00	5.500,00
Depósitos Judiciais	63.112,83	
	69.612,83	5.500,00

7. ESTOQUES

	2021	2020
Dietas Parenterais	394,20	2.636,80
Nutrição Enteral	35.463,15	64.289,86
Medicamentos	1.041.187,56	990.149,07
Materiais Médico Hospitalares	1.052.471,41	1.263.295,33
OPME	22.535,71	12.087,77
Materiais de Expediente e Escritório	59.347,35	53.303,24
Materiais de Manutenção	85.985,13	25.256,82
Materiais de Informática	3.693,28	2.115,00
Materiais de Limpeza	78.466,39	69.661,63
Materiais de EPI	39.941,22	21.678,40
Gêneros Alimentícios	137.384,12	94.408,84
Utensílios de Copa	62.490,24	53.005,71
Peças e Acessórios	88.617,27	84.147,89
	2.707.977,03	2.736.036,36

8. IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE GESTÃO PÚBLICA	TAXA	2021	2020
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4%	289.398,96	63.670,00
Máquinas e Equipamentos	10%	19.240,00	19.240,00
Equipamentos de Informática	20%	37.412,00	-
Móveis e Utensílios	10%	71.218,47	12.150,77
(-) Depreciação Acumulada		(19.460,50)	(1.713,55)
		397.808,93	93.347,22

Conforme preceituado no contrato de gestão firmado entre o CEJAM e o Governo do Estado de São Paulo, os bens patrimoniais adquiridos por conta do referido contrato é de uso exclusivo e de propriedade do Governo Estadual.

9. INTANGÍVEL

INTANGÍVEL DE GESTÃO PÚBLICA	TAXA	2021	2020
Direitos de Uso de Sistemas	20%	8.820,00	8.820,00
(-) Amortização Acumulada		(2.646,00)	(882,00)
		6.174,00	7.938,00

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2021	2020
Salários a Pagar	2.945.936,65	2.295.187,55
Pensões Alimentícias a Pagar	16.302,10	11.441,74
Rescisões a Pagar	23.278,47	5.551,82
Benefícios a Pagar	-	6.971,05
	2.985.517,22	2.319.152,16

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

	2021	2020
INSS sobre Salários a Recolher	252.634,72	255.855,68
INSS sobre Autônomos a Recolher	3.347,85	3.449,30
FGTS a Recolher	449.375,89	397.821,34
Contr. Sindicais e Assistências a Recolher	154,92	224,50
IRRF sobre Salários a Recolher	602.278,28	468.593,08
IRRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	33.469,70	36.677,88
CSRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	104.694,84	115.294,62
INSS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	11.900,18	2.853,33
ISS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	1.733,65	512,80
	1.459.590,03	1.281.282,53

12. CONTAS A PAGAR

	2021	2020
Contas de Consumo	139.495,49	131.309,72
Seguros a Pagar	10.061,60	11.509,58
Consignações Vinculadas a Folha	162.976,40	229.368,58
Outras Contas a Pagar	94.388,26	-
Intercompany Mantenedora	288.000,00	-
	694.921,75	372.187,88

13. PROVISÕES PARA FÉRIAS E ENCARGOS

	2021	2020
Provisão para Férias	4.544.882,87	3.836.536,05
Provisão para FGTS sobre Férias	362.620,60	307.267,79
	4.907.503,47	4.143.803,84

14. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	2021	2020
Provisões para Contingências Trabalhistas	-	8.856,93
Provisões para Contingências Cíveis	205.000,00	205.000,00
	205.000,00	213.856,93

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes para esta filial, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos.

15. RECURSOS GOVERNAMENTAIS A REALIZAR

	2021	2020
Secretaria de Estado da Saúde de S. Paulo	8.910,57	331.119,23
	8.910,57	331.119,23

Sob a rubrica de "Recursos Governamentais a Realizar" se encontra o saldo remanescente de recursos recebidos da SESSP, destinados à investimento em imobilizado.

16. BENS PÚBLICOS EM NOSSO PODER

A rubrica “Bens públicos em nosso poder”, no montante de R\$ 403.982,93 em 2021 e R\$ 101.285,22 em 2020, refere-se aos valores recebidos da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao estado quando do término do contrato de gestão.

O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo.

17. DOTAÇÃO INICIAL

Em 01 de julho de 2021, foi realizado o ajuste de inventário do estoque no montante de R\$ 2.757.500,53 referente a materiais e medicamentos recebidos na transição das operações do gestor anterior para o CEJAM, sendo esta importância registrada como entrada no Estoque em contrapartida da conta de Dotação Inicial.

18. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente, esta norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço.

19. RECEITA COM CONTRATO DE GESTÃO

CONTRATO DE GESTÃO Nº 382696/2020	2021	2020
Repasso para custeio	108.963.809,00	50.963.672,70
Repasso para investimento	24.720,00	103.880,77
	108.988.529,00	51.067.553,47

20. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2021	2020
Rendimentos de Aplicações Financeiras	49.233,56	10.046,22
Descontos Obtidos	6.809,92	0,20
(-) Tarifas Bancárias	(1.065,23)	(3.395,45)
(-) Juros e Multas de Fornecedores	(6,89)	(501,83)
(-) Juros s/ Empréstimos e Financiamentos	(506,80)	-
(-) Juros e Multas sobre Impostos	(16.738,74)	(3.954,81)
	37.725,82	2.194,33

21. PESSOAL E REFLEXOS

	2021	2020
Ordenados e adicionais	39.087.405,37	19.251.681,88
13º Salários	3.458.472,85	3.058.613,74
Férias (incluída provisão anterior ao contrato de gestão)	4.704.356,85	6.190.707,33
Indenizações e Avisos Prévios	473.710,27	217.419,01
Benefícios	2.888.859,31	1.267.171,21
Contribuições ao FGTS	4.173.616,03	2.307.038,89
	54.786.420,68	32.292.632,06

22. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

	2021	2020
Serviços Médicos – Pessoas Jurídicas	26.681.572,69	17.536.297,67
Serviços Médicos – Pessoas Físicas	221.533,55	86.137,84
Serviços Diversos – Pessoas Jurídicas	5.006.056,91	3.070.853,98
	31.909.163,15	20.693.289,49

23. MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO

	2021	2020
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	16.750.088,42	7.447.676,86
Materiais de Consumo	3.454.711,52	1.489.525,90
Materiais de Conservação	629.871,14	264.087,52
Outros Materiais e Insumos	101.908,89	199.291,50
	20.936.579,97	9.400.581,78

24. DESPESAS GERAIS

	2021	2020
Contas de Consumo	2.073.965,43	771.247,84
Aluguéis de Equipamentos e Aparelhos	883.373,57	88.925,74
Administrativas	1.039.679,90	359,50
Publicidade	-	1.600,00
Bens não imobilizados	355,00	540,00
Amortizações e Depreciações	19.510,95	2.595,55
Outras Despesas Gerais	99.733,87	41.642,45
	4.116.618,72	906.911,08

25. COBERTURAS DE SEGUROS

A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

26. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS

A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes.

27. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)

O CEJAM, através da Portaria nº 352, de 30 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 09 de abril de 2021, edição 66, seção 1, página 184, em consideração ao Parecer Técnico nº 243/2021-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.196436/2015-19/MS, possui o **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)** renovado, com validade pelo período de **30 de novembro de 2015 a 29 de novembro de 2018**.

Em 04 de novembro de 2021, através da Portaria nº 1.094, publicada no Diário Oficial da União, edição 210, seção 1, página 133, em consideração ao Parecer Técnico nº 720/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.191938/2018-98, foi concedida à entidade a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2018 a 29 de novembro de 2021**.

Em cumprimento à legislação e demais regulamentações vigentes, tempestivamente, em 16 de novembro de 2021 foi protocolado o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde através do Requerimento de Renovação do CEBAS SISPAR nº 25000.167752/2021-13, estando o mesmo em processo de análise junto ao órgão competente.

Até a presente data o processo com o pedido de renovação não foi concluído, estando a entidade alcançada pelo disposto no §2º, do art. 37, da Lei Complementar nº 187/2021, ao estabelecer que:

"§2º - A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado."

A administração do CEJAM e seus assessores jurídicos entendem que efetuaram todos os procedimentos obrigatórios, de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, para ter deferimento do pedido de renovação do CEBAS e consideram legítimo o benefício da isenção previdenciária.

28. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (QUOTA PATRONAL)

A entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal).

A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2021 foi de R\$ 13.150.482,88 e do ano de 2020 foi de R\$ 6.408.810,91 e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS	2021	2020
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	13.106.176,19	6.391.583,35
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	44.306,69	17.227,56
(-) Isenção Usufruída		
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(13.106.176,19)	(6.391.583,35)
(-) Cota Patronal s/ Serv. Prest. por. Pessoas Físicas	(44.306,69)	(17.227,56)
	0,00	0,00

A entidade atende todos os requisitos e exigências necessários à renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), tendo observado os procedimentos

requeridos pela legislação e aguarda decisão sobre seu processo de renovação SIPAR/MS nº 25000.167752/2021-13.

29. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL)

Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

PIS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários.

COFINS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03.

Isenção previdenciária usufruída: para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

Franco da Rocha (SP), 31 de dezembro de 2021.



Sidinei Oliveira Soares
Gerente Administrativo



Rita de Fátima Cardoso de Souza
Coordenadora Financeira
CRC nº SP291260/O-6